Pauta Unificada — Fórum de Entidades Proposta para 2022

Inegavelmente, os servidores públicos vêm sofrendo, nos últimos anos, uma série de alterações na legislação constitucional e infraconstitucional, que acabam por dilapidar seus vencimentos e perspectivas de aposentadorias dignas como as esperadas, ao longo de décadas de contribuição, além de sofrerem com congelamentos em suas remunerações, por anos a fio.

Para buscar meios de mitigar os efeitos danosos das políticas de arrocho salarial, o Fórum das Entidades Representativas dos Servidores Municipais de São Paulo vem, ao apresentar sua pauta de reivindicações para a campanha salarial unificada de 2022, manifestar sua disposição para a negociação com o Poder Executivo Municipal, de modo a buscar um entendimento que venha, em última análise, beneficiar os servidores municipais e a população por eles atendida.

Valorização do Serviço Público

Fim dos processos de terceirização, privatizações, concessões, dos contratos com organizações sociais e da destinação das verbas públicas para o setor privado;

Realização de concursos públicos e nomeação imediata dos concursos vigentes, buscando a complementação de vagas nos cargos e carreiras para suprir as demandas de serviço público, inclusive durante a pandemia.

Valorização dos Servidores Públicos

Revisão Geral Anual de 2022, para todo o funcionalismo, considerando-se perdas inflacionárias acumuladas entre 1º/05/2015 e 30/04/2022 em 45,14% (conforme estimativa para o IPC-FIPE), para fins de reposição parcial das perdas acumuladas, uma vez que o índice concedido para fins de reajuste do subsídio do atual Prefeito e de seus Secretários, de 46%, entrou em vigor a partir de janeiro/2022;

Revogação do confisco de 14% sobre a parte dos proventos de inativos que ultrapasse o valor do Salário Mínimo;

Início e retomada imediata da mesa de negociação central e das mesas setoriais/locais de negociação (como mesas específicas de educação, saúde, nível básico, nível médio e nível universitário, engenharia e arquitetura, fiscalização urbana, segurança urbana, auditoria de controle interna, dentre outras mesas) com garantia de regularidade, inclusive, das que já estão em funcionamento, garantindo às mesmas, inclusive, poder para tratar e selar negociações salariais quanto à valorização e reposição de perdas específicas das carreiras/setores.

Garantia de Revisão Geral Anual plena;

Extensão aos aposentados de benefícios, abonos, bonificações e prêmios recebidos pelos servidores na ativa.

Constituição de um Grupo de Trabalho paritário entre Governo e Fórum das entidades para discussão de aplicação dos índices quadrimestrais da variação do IPC-FIPE, previstos na Lei nº 13.303, de 18 de janeiro de 2002, bem como das políticas remuneratórias do Município.

Aumento no valor do Auxílio-Refeição para **R$ 36,33 diários**, conforme valor calculado pela Pesquisa **Preço Médio 2021** da Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador (ABBT) para valor de refeições na cidade de São Paulo.

Aumento no valor do Vale-alimentação, na seguinte conformidade:

I – até 3 salários-mínimos: R$ 700,00 (setecentos reais);

II – acima de 3 até 5 salários-mínimos: R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais);

III – acima de 5 até 6 salários-mínimos: R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais);

IV – acima de 6 até 7 salários-mínimos: R$ 300,00 (trezentos reais);

V – acima de 7 até 8 salários-mínimos: R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

Incluir mecanismo de benefício suplementar aos vencimentos e subsídios que superarem o teto limite para a concessão do Vale-Alimentação, de forma que a soma equivalha à soma do teto mais o valor do Vale-Alimentação, impedindo a queda da remuneração do servidor quando seus vencimentos/subsídios superarem o referido teto.

Revogação das permissões aprovadas na Emenda 41 à LOM quanto a aumento de alíquotas extraordinárias, aumento de idades mínimas, redução de aposentadorias e pensões, bem como a segregação de massas.

Atenciosamente,

Margarida Prado Genofre
Coordenadora